

ria. Acabado a Presente Sessão, foi aprovado o Ata Ordem do Trabalho da Comissão de Audacia Final no Projeto de Lei nº 133/91, Orçamento da Execução Executiva nº 300.
 A seguir foram encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 140/91, 141/91, 142/91, 143/91, 144/91, 145/91, 146/91, 147/91, 148/91, 149/91, 150/91, 151/91, 152/91, 153/91, 154/91, 155/91, 156/91, 157/91, 158/91, 159/91, 160/91, 161/91, 162/91, 163/91, 164/91, 165/91, 166/91, 167/91, 168/91 e 169/91. Não havendo mais matérias destinadas a Ordem do Dia, como também oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a Presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se luisse o presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação final, aprovada, não assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Segundo Período deste ano de mil novecentos e no venta e um (1991), realizada na Sala de do Salão Esporte Clube no dia 7 de novembro de 1991.

Às dez horas do dia 07 (sete) de novembro do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Senador afiliado André de Aguiar, e com a ocupação da Primeira e Segunda Secretarias pelo Senador Marcelo Valério Pinheiro de Sant'Anna e João Pacheco filho, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Taboão Grande. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Senadores: Benedito Alto, Carlos Roberto Silva, Dirley Guerra da Silva, Felipe Gomes da Costa, João Uzeir Elias, Mar Sampaio, Orlando da Silva Guerra, e Wilmair Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Presente Sessão em nome de Deus, não havendo Ata confeccionada para serem lidas, o Senhor Presidente após o cumprimento regimental determinou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Ata Ordem do Trabalho da Comissão de Audacia Final no Projeto de Lei nº 235/91, de autoria do Senador Orlando da Silva Guerra, assunto: Solicito ao Excmº Senhor

leto Municipal, informações quanto a previsão para execução da obra de regularização da rua localizada entre as Ruas Ademar G. Aguiar e Rua Amélia Getúlvos Aguiar no Bairro Jardim Paisano; Indicação nº 092/91, de autoria do Vereador Waldir Rodrigues de Almeida, assunto: Solicito ao Excmº Senhor Prefeito Municipal, concessão de uma área destinada a instalação de uma esportiva de piso no Município de Cabo Frio; Indicação nº 129/91, de autoria do Vereador Waldir Rodrigues de Almeida, assunto: Solicito ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a construção de três instalações de embarque para o transporte de passageiros no Camal de Magurú, no Rua Zenas Garcia, no Gamboa e na Oguia; Indicação nº 130/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Noqueira, assunto: Solicito ao Excmº Senhor Prefeito Municipal que faça funcionar através da Secretaria Municipal de Saúde o Ambulatório Médico que se encontra desativado no CIEP localizado no Bairro Manoel Loure. Terminado o leuio do expediente, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado ao uso da tribuna. Não havendo oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Aprovado o Requerimento nº 235/91; Aprovadas as Indicações nº 092/91, 129/91 e 130/91. Terminado a Ordem do Dia, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a Publicação Especial. Depois a Tribuna em Publicação Especial, o Vereador Carlos Roberto Noqueira dos Santos, abordando inicialmente Indicação ao Prefeito para a restauração da Rua Bizo Paredão da Franzeira, aprovada naquela Reunião esperando que finalmente a principal via de Jardim Esperança fosse finalmente recuperada. Quanto a denúncia do Vereador Omar Sampaio da Silva contra o Prefeito por prática de injeção política administrativa, lamentou que a mesma não fosse aprovada pelo Plenário, mas, aduziu, que no encaminhamento do matéria, no Reunião do dia 05 de novembro, destacando que a Câmara havia cometido erro ao não votar a mudança na Secretaria Municipal de Saúde com novo organograma, parecia lhe que a culpa maior ainda não do Excmº Senhor Prefeito Municipal, tendo inclusive alertado que de acordo com o Artigo 88 do Regimento Interno, bastaria um simples Ofício do Prefeito, ou do liderança do mesmo para que a matéria fosse de imediato apreciada e aprovada, pois sem sobras de dúvidas o Prefeito tinha maioria na Câmara como já demonstrara soberanamente. Diante disso, que era flagrante a disparidade entre os valores pagos a cargos de Che-

foi na Secretaria Municipal de Saúde em relação a outros da Prefeitura, mas uma
 coisa não foi dita na Reunião anterior, na medida em que o Projeto de Lei
 enviado a Câmara falava no encargo de chefia no área de Saúde,
 porém, mesmo se o Lei fosse aprovada nada justificaria o pagamento de gratificações
 pois o texto legal não estipularia valores, e assim sendo, só outra
 lei e não o pagamento das gratificações, durante seu entendimento como
 sugestão para o Vereador Demar Camparo da Silva, para que em outras de-
 núncias o assunto fosse amplamente debatido e estabelecida uma estratégia
 de provas. Finalizando, disse entender que a denúncia deveria ser apresenta-
 da ao Município Público, buscando de argumentos que acabara de colocar. A
 seguir ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Demar Camparo da Silva
 abordando inicialmente o discurso do Vereador Carlos Roberto Uequira das Santos, a
 firmando que acabava as ponderações do Companheiro de PSB, na medida em
 que cumpria a Câmara a legislação de cargos e salários. Disse que o absurdo
 era tão grande que a Prefeitura tinha oito e um cargo de chefia, e assim sendo,
 pretendia o Prefeito instalar um "túmulo de alguns" na Secretaria Municipal de Saú-
 de criando quatro e sete cargos com gratificações, o que era uma vergonha, não
 podendo que a Câmara Municipal pudesse aprovar a Mensagem do Executivo.
 Destacou também o absurdo quanto a diferenças em funções gratificadas pagas
 pela Prefeitura e pela Secretaria Municipal de Saúde, o que por este redundava em
 justa revolta por parte dos funcionários Públicos Municipais. Disse que outro abur-
 do, eram os salários pagos especificamente aos médicos, identificado nos contra-
 cheques como "super salários", dizendo desconhecer o que significava, pois não fora
 aprovado pela Câmara, enfatizando que não era contra o salário de ninguém
 mas era contra qualquer pagamento que não fosse estabelecido pela Lei, cumprindo
 a Câmara ocupar o seu espaço cobrindo tais abusos. Disse estar certo de que
 iria conseguir uma divisa na Secretaria Municipal de Saúde, e que no dia ante-
 rior estivera na Secretaria de Estado de Saúde tendo exposto ao Dr. Nelson Da
 Lota, chefe do setor de municipalização de Saúde a denúncia encaminhada a Câ-
 mara, quanto ao desvio de verbas na Secretaria Municipal de Saúde. Disse que o
 estagnamento de dinheiro no área de Saúde, resultava na falência do sistema em
 Cabo Frio com o atendimento sendo precário, faltando até remédios e que assim se-
 do, aguardava serenamente o resultado de suas providências com a certeza de
 ter cumprido com o seu dever. A seguir ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal,

o vereador José Oscar Elias, falando inicialmente sobre a preocupação de ambulantes e comerciantes, localizados no Largo Santo Antônio, visto o possível remanejamento do terminal de ônibus para outra área, e que inclusive já foi proibido por vários ambulantes e que inclusive haviam elaborado "bairros assinados", com quinhentas e trinta assinaturas pleiteando do orador, apelo para que a mudança do terminal não fosse concretizada. Continuando, dirigiu apelo ao Prefeito e ao Presidente da Procat para que o assunto fosse resolvido, visto os graves desdobramentos da questão social atingindo cerca de quinhentas famílias, e até mesmo pela proximidade do Natal. Finalizando, disse que o problema era grave exigindo um estudo equilibrado para que consequências negativas não ocorressem. Em decorrência fiscal, fez uso da palavra o vereador Edimar Monteiro, abordando inicialmente a questão da política salarial no Município, em relação aos servidores públicos, lembrando que após três reuniões, apresentara proposta para equalização da questão, dirigido ao Conselho de Política Salarial da Prefeitura, consistindo em abono de emergência e que já ocorreu. Disse dando prosseguimento, que na reunião anterior, com representantes do SEPE e ASPM, além da Saúde e Fiscalização, a proposta já também encaminhada, perdurando a dúvida quanto a vigência do abono, o que acreditava poder se ser solucionado sem maiores problemas, desde que o Governo Municipal, passasse a priorizar e valorizar os seus servidores, mesmo que algumas obras fossem paralisadas e, em janeiro de 1992 a política salarial poder se ser resolvida ou melhor definida. Quanto ao abono proposto, seria ele oito mil cruzeiros até um salário mínimo, e para os servidores que recebem trinta e dois mil cruzeiros, o abono seria de dezoito mil cruzeiros, salários de trinta e oito mil cruzeiros, abono de vinte e oito mil cruzeiros, quarenta e oito mil cruzeiros, abono de trinta e três por cento, incidindo os abonos, em torno de cem milhões de cruzeiros na folha de pagamento do mês de setembro, não sendo considerados vinte milhões para a Procat, e quinze milhões para o IBASCOF e do décimo da Câmara Municipal. Prosseguindo, disse que o Governo apresentara documentos mostrando que a receita estava em torno de seiscentos milhões de cruzeiros, considerando-se os "royalties", estes sem a previsão em pagamento de pessoal civil, e que assim sendo, feitos os cálculos disse que a receita estava em torno de quinhentos e trinta milhões de cruzeiros, e

assim sendo, com o abono totalizando em milhões de cruzeiros a Prefeitura apenas pagaria a folha de pagamento. Adiante, disse que a obrigatoriedade de obediência a Constituição quanto ao pagamento de servidores, não poderia ser levante, visto a situação difícil do servidor Municipal, esperando assim, que o Governo atendesse aos reclamos de tantas famílias passando por situações das mais contrariadas. Disse que no dia 11 de novembro próximo haveria uma outra reunião para solução do questionamento dos servidores Municipais, esperando que de uma vez por todas uma solução fosse encontrada, no medida em que continuava-se boa vontade por parte dos representantes do Governo Municipal. Quanto a possível mudança do terminal de Ônibus da Linha Santo Antônio disse que o assunto era muito sério, que o abono assinado matado pelo Vereador José Oscar Elias dava uma idéia da complexidade da questão, e que assim sendo a Câmara deveria ser ouvida, enviando a seguir a sua fala. Após empregar-se bem para Explicação Pessoal, o Vereador Dirley Filho do Silva, aludindo inicialmente a Mensagem do Executivo, quando alguns comissionados na Secretaria Municipal de Saúde, concordando com os que entendiam que bastaria um simples Ofício do Prefeito que a matéria fosse aplicada por meio do Regimento Interno. Disse que a solução seria fácil, não fosse a atual Câmara Municipal, alíptica, lembrando que há cerca de sessenta dias enviara Ofício a Mesa solicitando a colocação em pauta, não apenas da Mensagem com relação a Secretaria Municipal de Saúde, mas tantas outras que dormitavam nas Comissões Técnicas ou desaparecidas simplesmente, do mesmo jure como outras projetos de lei de autoria de Vereadores também estavam extravaziadas ao que parecia. Diante, disse que a culpa que se queria lançar ao Executivo, impulsionando-lhe todas as culpas, inclusive por omissão, não correspondia a verdade, pois na condição de líder de Governo enviara pelo menos dois Ofícios solicitando providências quanto a Mensagens que não estavam sendo colocadas em pauta e já com prazos regimentais rompidos. Prossequindo, disse que tais fatos colocavam em jogo as responsabilidades da Câmara como Poder, concluindo que por posições assumidas no Casa, por não ter medo de dizer a verdade, como quem sempre pesquisou, ameaças, mas alertava, que não tinha medo e que continuaria dizendo a verdade pois este era o seu dever como cidadão e representante do povo. Como último maior em Explicação Pessoal, empou a tribuna o Vereador Alcides do Silva Pereira, e de início manifestou sua solidariedade.

ao Sindicato dos Comerciantes de Cabo Frio e demais Municípios da Região dos Lagos, quando a instituição fez abaixo assinado com quinze mil e trinta assinaturas, protestando contra a retirada do Terminal Rodoviário do Largo Santo Antônio, por implicações negativas de ordem econômica e social, aduzindo, que alguém seria ganhando e alguém seria perdendo com tal mudança, mas por certo quem sofreria mais, seria o trabalhador mais humilde. Quanto a cobrança da taxa de contribuição de melhoria, que considerava uma verdadeira agressão ao contribuinte, disse que iria sugerir ao Mesa Diretora que fosse emanado Decreto Legislativo, de acordo com a Lei Orgânica, cassando o Decreto do Executivo Municipal quanto a cobrança, até que a matéria fosse devidamente regulamentada, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais oradores para o uso da tribuna em Explicação Final, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para finalizar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinado para que produza seus efeitos legais.

Dez

~~Assinatura~~
Carvalho

- Ata da Sessão Solene da Câmara Municipal de Cabo Frio, alusiva ao Centésimo Septuagésimo Sesto Aniversário de Fundação do Município de Cabo Frio.

Às vinte e uma horas do dia doze novembro de mil novecentos e noventa e um (1991) sob a Presidência do Vereador César Silva da Rocha, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Frio, no Salão Nobre do Grã-moço Esporte Clube. Declarando aberta a Sessão, o Senhor Presidente, convidou para que tomassem assento junto a Mesa Diretora, os Vereadores Marcos Valério Araújo de Sant'Anna, 1º Secretário, Walmir Rodrigues de Azevedo, Vice Presidente, José Maria Gomes Filho, 2º Secretário, Adalton Pinto de Andrade, Aires de Sá de Albuquerque, Carlos Roberto Nequero dos Santos, Carlos Roberto Silva, Dirley Pinheiro da Silva, Jânio dos Santos Mendes, José Oscar Elias, Osmar Sam-